

**MEMÓRIA DA REUNIÃO COM O MEC/SECAD
BRASÍLIA 10 E 11 DE MARÇO DE 2005
Metropolitan Flat Hotel, Setor Hoteleiro Norte, Q. 02, Bloco H, Brasília – DF,
Telefone (61) 424 – 3500**

O Ministério da Educação por meio da SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Diversidade), realizou a segunda reunião com os representantes da Comissão Nacional dos Fóruns de EJA (Educação de Jovens e Adultos), cujo objetivo é consolidar o diálogo com a sociedade civil e com os movimentos sociais, iniciado na reunião de 19 de novembro de 2004.

A dinâmica da reunião foi estabelecida pela seguinte pauta:

10/03/2005 das 14:00 às 19:00

- ⇒ **Abertura** por Timothy Ireland.
- ⇒ **Apresentação e discussão:** perspectivas para a SECAD em 2005, com referência específica a alfabetização e a alfabetização de Educação de Jovens e Adultos por Timothy Ireland.
- ⇒ **Trabalho em grupo:** levantamento de questionamentos e expectativas (pauta dos Fóruns).
- ⇒ **Informes gerais sobre a DEJA:** Educação no campo; prisional; especial; educação e saúde; fórum das estatais; pesquisa avaliação diagnóstico do BA/FE (UNESCO); comissão de leitura/leituração; publicações (Católicos Radicais, RAAAB, CEAAL); internacional (Cuba, Moçambique, Espanha etc.; observatório. por Timothy Ireland, Maria Margarida, Cláudia Veloso e Tancredo Maia.
- ⇒ **Reunião preparatória para o VII ENEJA** por Maria Margarida e Maria Luiza Angelim.

11/03/2005 das 9:00 às 17:00

- ⇒ **Apresentação sobre o FUNDEB** pelo Professor Paulo Egon – Diretor do FUNDEF.
- ⇒ **Apresentação sobre o “pro-Jovem”** pela professora Maria José Feres.
- ⇒ **Campanha “Crer para Ver”** pela fundação ABRINQ/NATURA.
- ⇒ **Apresentação:** Secretaria Nacional de Economia Solidária por Cláudio Nascimento.
- ⇒ **O mapeamento das experiências de alfabetização e o papel dos Fóruns** por Timothy Ireland.
- ⇒ **Discussão sobre propostas de redesenho dos programas “Brasil Alfabetizado” e “Fazendo Escola”** por Rodolfo Marino e Timothy Ireland.
- ⇒ **Encerramento e encaminhamentos** por Timothy Ireland.

Na **abertura**, Timothy Ireland reiterou o compromisso de diálogo com os Fóruns de EJA e o interesse da SECAD em reconhecer esse valor, materializado no

esforço de realização desta segunda reunião e na promessa de realizar a próxima no mês de novembro, mantendo o calendário com duas reuniões anuais.

Na **apresentação e discussão**: perspectivas para a SECAD em 2005, com referência específica a alfabetização e a alfabetização de Educação de Jovens e Adultos, o Sr. Valmor Schioet, afirmou que o Brasil Alfabetizado não é uma campanha, mas etapa de alfabetização com perspectiva à continuidade. Salientou que esta ação é posterior ao programa Recomeço, afirmando que o grande objetivo é buscar uma articulação entre essas duas políticas. Ratificou que os principais atores na implementação e gestão dessas políticas são os governos estaduais e municipais em colaboração com o governo federal, cabendo às ONGs e demais entidades da sociedade civil, atuar no campo da assessoria e de formação de professores. Como balanço da implementação e gestão do Brasil Alfabetizado, apontou a necessidade de articulação de um regime de colaboração entre esses atores (União, Estados e municípios) para a garantia da qualidade, antes sempre pautada pelo pragmatismo e pelo economicismo.

No **Trabalho em grupo**: levantamento de questionamentos e expectativas (pauta dos Fóruns), cujo questionamento fundamental, baseava-se em “**quais as questões que o MEC/SECAD pode atender e ouvir os Fóruns?**”. Foram criados dois subgrupos por regiões. O primeiro congregando as regiões Norte e Nordeste e o segundo congregando as regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste. Nesse debate surgiram os seguintes apontamentos: *articulação entre os fóruns – debatendo e constituindo suas identidades; importância das coordenadorias municipais para formulação e implementação de políticas e programas; ação propositiva do MEC para o real comprometimento das secretarias estaduais e municipais de educação; valorização e atendimento às especificidades da educação do campo, indígena etc.; aprofundamento do debate sobre as políticas de financiamento de EJA, sobretudo, a respeito do FUNDEB no que diz respeito à economia das diversas modalidades de ensino, não legando à EJA a condição de subeducação.*

Nos **Informes gerais sobre a DEJA**: Educação no campo; prisional; especial; educação e saúde; fórum das estatais; pesquisa avaliação diagnóstico do BA/FE (UNESCO); comissão de leitura/leituração; publicações (Católicos Radicais, RAAAB, CEAAL); internacional (Cuba, Moçambique, Espanha etc.; observatório. por Timothy Ireland, Maria Margarida, Cláudia Veloso e Tancredo Maia. Dos pontos destacados o observatório foi o único que exigiu maiores esclarecimentos e exposição. Trata-se de um portal que reunirá informações sobre todos os setores da EJA, desde os órgãos oficiais às universidades, fóruns etc. Passando a funcionar hospedar, inclusive, as inscrições para os ENEJAs.

Na **Reunião preparatória para o VII ENEJA** foram feitas as seguintes deliberações: **Etapa 1 – Constituição de GT nacional para elaborar “Documento Orientador”**, base para a produção do relatório-síntese regional. **Etapa 2 – até 20 de julho: realização de encontros estaduais e regionais com a temática do VII ENEJA** – Partindo do texto orientador – Como está a EJA em cada estado? Quem faz? – diagnóstico (demanda – atendimento - formas) – Quem são os sujeitos atores desse processo? Qual a tendência? Público ou privado? Tais ações devem culminar em: a) Produção de relatório síntese regional. b) Seleção de tema-experiência significativa por Estado. c) Indicação de delegados por Estado. **Etapa 3 – de 21 a 30**

de julho – sistematização dos relatórios-sínteses pelo GT nacional e envio do relatório-síntese nacional para cada Fórum Estadual. **Etapa 4 – 31 de agosto a 03 de setembro de 2005 – realização do VII ENEJA**, cuja temática será “**A configuração do campo da EJA; o papel do Estado e dos Movimentos Sociais e a construção e execução de políticas públicas**”, com a seguinte configuração: até 20 delegados por Fórum Estadual e 60 delegados pelos Fóruns Regionais, vagas oriundas de Estados que não têm condições de levar os vinte delegados previstos, cabendo 15 vagas a mais para a Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, submetendo decisão final à plenária do encontro. Esta possibilidade teve como critério a renúncia dos Estados, mantendo a quantidade de 540 delegados para o encontro.

Na **Apresentação sobre o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da educação)**, o Professor Paulo Egon – Diretor do FUNDEF, fez uma análise comparativa entre o FUNDEB e o FUNDEF, considerando os impactos do primeiro sobre o segundo circunscrito em três premissas: **Por que mudar? Como mudar? O que mudar?** – **Por que mudar:** Assegurar um mecanismo de financiamento que promova a inclusão sócio-educacional no âmbito de toda a educação básica. **Como mudar:** Proposta de Emenda Constitucional; debate com a sociedade; encaminhamento ao congresso; aprovação/promulgação da PEC; regulamentação da Emenda (Lei); aprovação/promulgação da Lei; regulamentação da Lei (Decreto); implantação. Fixação do valor mínimo nacional por aluno/ano diferenciado por etapas, modalidades e localização (urbana e rural). Diferenciação em função do valor fixado para o 1º ao 4º ano do ensino fundamental urbano, com estabelecimento de limites percentuais (máximo e mínimo) de oscilação. **O que mudar:** Universo de beneficiários. Número de alunos – 2004 (dados preliminares do censo escolar) – FUNDEF ↴ 30,6 milhões de alunos – ensino fundamental. FUNDEB ↴ 48,0 milhões de alunos – 56,8 % de crescimento – creche, pré-Escola, Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA, sendo constituído por 20% de todos os impostos e transferências estaduais, exceto IPTU, ISS E ITBI; 20% de todas as transferências municipais; e complementação da união de 2,5 bilhões, correspondendo a 4% no primeiro ano, passando para 6% no segundo ano, 8% no terceiro ano e 10% a partir do quarto ano com a meta de restabelecer a integralidade dos 18% dos impostos da União para a educação, partindo do montante de 45,4 bilhões em 2005 previsto pelo MEC. São **objetivos do FUNDEB:** promover equalização; concorrer para a universalização; reduzir desigualdades; valorizar os profissionais da educação; assegurar condições para criação do piso salarial nacional para o magistério. São **características do fundo:** fundo único, de natureza contábil e de âmbito estadual; vigência de dez anos; recursos distribuídos pelo número de alunos da educação básica; repasses financeiros automáticos.

Durante o debate, Paulo Egon afirmou que o FUNDEB não é a solução para os problemas educacionais brasileiros, mas representa um grande passo. Entretanto, os principais questionamentos sobre o fundo foram o corte por renda no atendimento das creches e o valor aluno da Educação de Jovens e Adultos estimado em 0,6 do valor aluno das outras modalidades de ensino, sem especificar se será da maior referência. Sugere ainda que esse valor é por sugestão da UNDIME e do CONSED,

podendo chegar a 0,7 ou até 0,8, porém, sem perspectivas de igualar à referência percapta das outras modalidades de ensino. Contudo, ao ser questionado sobre o corte por renda no atendimento das creches, afirmou que isto não deve figurar na proposta final. Os representantes dos Fóruns rejeitaram o valor contido na proposta do governo e deliberaram uma contraproposta nos seguintes termos: 1º ao 4º termo urbano e 1º ao 4º termo rural equivalentes aos valores do 1º ao 4º ano do primeiro segmento do ensino fundamental urbano e rural, respectivamente; 1º ao 4º termo urbano e 1º ao 4º termo rural equivalentes aos valores do 1º ao 4º ano do segundo segmento do ensino fundamental urbano e rural, respectivamente; EJA ensino médio urbano e EJA ensino médio rural equivalentes aos valores do ensino Médio urbano e rural, respectivamente.

Isto posto, há o entendimento por parte da Comissão Nacional de que se observa e garante o devido reconhecimento à Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade de ensino, consolidando sua importância na história do sistema educacional brasileiro, suplantando a lógica da escolaridade tardia e inaugurando a realidade de uma nova matriz conceitual.

Na **Apresentação sobre o “ProJovem”** pela professora Maria José Feres, ressaltou-se que a proposta destina-se aos jovens de 18 a 24 anos que estão fora da escola, não completaram o ensino fundamental e não possuem vínculo empregatício. “O **Projovem** é um programa no âmbito da política nacional da juventude, cujo objetivo é investir em uma política nacional com programas e ações voltadas para o desenvolvimento integral do jovem brasileiro; criar as condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do Brasil. É um programa nacional de inclusão de jovens: educação, qualificação e ação comunitária.” A professora destacou ainda que esta proposta não faz parte da modalidade da Educação de Jovens e Adultos, sobretudo, por distinção das concepções que envolvem uma e outra ação. Todavia, essa não é a compreensão deste colegiado, haja vista que todos os princípios norteadores do projovem podem ser integralmente incorporados à EJA, favorecendo um movimento recíproco de fortalecimento, em que os recursos destinados a esse programa potencializariam o atendimento educacional desses jovens e de suas necessidades básicas para a conquista da cidadania. Nota-se grande variação de ações com divisão de recursos que conjugados e canalizados para uma política pública para a Educação de Jovens e Adultos, atingiriam com maior eficácia o fim pretendido em cada uma delas.